

O PRÁXIS DO RESTAURO PARTICIPATIVO NO PATRIMÔNIO CULTURAL NO RIO GRANDE DO SUL

JULIANA CAVALHEIRO RODRIGHIERO¹; MARIA LETÍCIA MAZZUCCHI FERREIRA²;

¹Universidade Federal de Pelotas – juh_rodrighiero@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – leticiamazzucchi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A participação social representa um conjunto de intervenções individuais e coletivas em que se produzem redes de interação por meio da relação de pessoas, grupos e instituições com o Estado (MILANI, 2008), onde, se tem por finalidade “fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social” (GOHN, 2019, P. 67). Quando relacionado ao patrimônio, o conceito se torna compatível ao diálogo com diferentes comunidades, visando detectar valores, sendo eles culturais ou identitários com o propósito de ampliar os significados sociais diante a preservação do patrimônio (PORTA, 2012). Esta pesquisa representa um recorte da tese de doutorado que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas desde 2019, provisoriamente intitulada em “O Restauro Participativo como mecanismo de preservação do Patrimônio Cultural e a apropriação no Pós-Restauro: Um estudo relacional entre os contextos Brasil-França”. O objetivo geral desta síntese é apresentar o escopo teórico sobre o conceito de restauro participativo e, o objetivo específico busca compreender a prática do restauro participativo por meio de estudos de casos situados no Rio Grande do Sul, sendo a Praça da Alfândega (Porto Alegre/RS), Antiga Matriz de São Miguel (Dois Irmãos/RS) e Antiga Escola Militar (Rio Pardo/RS).

2. METODOLOGIA

Devido a pandemia da COVID-19, a pesquisa de campo precisou ser adiada e, as análises se concentraram na pesquisa bibliográfica, documental e na realização de entrevistas com os principais atores sociais envolvidos nas intervenções de restauro. Na pesquisa documental, foram coletados documentos junto aos órgãos competentes, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e o levantamento de jornais e dispositivos eletrônicos capazes de auxiliar na compreensão e na identificação das ações a serem estudados. Já as entrevistas, foram feitas por meio digital, através da plataforma WebConf da UFPel.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A teoria contemporâneo restauro direciona a uma abertura conceitual acerca da participação social pois, anteriormente, a sociedade e a restauração — por meio das teorias clássicas — estavam dispostas por uma longa distância, já que o restauro se concentrava entre o “técnico x objeto”. Os critérios de Viñas (2003), por exemplo, enfatizam os preceitos de temporalidade e evidenciam uma nova postura ética diante o restauro. Além disso, Viñas (2003), apresenta uma teoria baseada na preferência, no gosto e satisfação. Seus conceitos fundamentam-se em três principais questionamentos: O que? Para que? E para quem preservar, conservar

e restaurar? (VIÑAS, 2003). Dessa forma, se considera que o critério principal que deve embasar a restauração deve ser a satisfação de um maior número de pessoas cujo seu trabalho afetará em um futuro (VIÑAS, 2003).

Já na metodologia de Appelbaum, é exposto uma relação entre os aspectos materiais e imateriais e, embora a conservação seja material, os seus dilemas não são (APPELBAUM, 2007). Appelbaum (2007) apresenta quatro tópicos essenciais acerca das tomadas de decisão que estão pautadas no questionamento “qual objetivo do tratamento?”: caracterização do objeto; estabelecer o objetivo do tratamento; escolha de um tratamento; documentação e tratamento. Para a eficiência do tratamento, Appelbaum (2007) considera que são necessárias uma série de informações, tanto sobre o objeto quanto os elementos que o envolvem. Como consequência, é possível considerar que a finalidade de um tratamento de conservação, é potencializar a sua utilidade e os processos devem sempre se basear em “qual objetivo deste tratamento?” (APPELBAUM, 2007).

Tais embasamentos contribuem para a construção do conceito denominado “restauro participativo”. O restauro participativo não representa apenas a participação no restauro. O termo é oriundo dos processos de restauração, nos quais, as ações e as tomadas de decisões, são compartilhadas com a comunidade — que pode ser a sociedade em geral ou um grupo de pessoas que é considerado como o grupo interessado. Sendo assim, genericamente, a participação da comunidade é vinculada a uma relação com o bem cultural que motiva e/ou a impulsiona a participar de tais ações, independente do seu nível de interação. Isso representa um processo compartilhado, embasado na interdisciplinaridade, nos quais os significados da obra, bem como, os seus valores agregados, são levados em consideração e as decisões são propagadas para além do quadro técnico.

A fim de verificar a participação social nas intervenções de restauro, é que se estrutura esta pesquisa, buscando trabalhar com três estudos de caso que se estruturam por características diferentes, localizados no Rio Grande do Sul: a Praça da Alfândega (Porto Alegre), a Antiga Escola Militar (Rio Pardo) e a Antiga Matriz de São Miguel (Dois Irmãos). Na Praça da Alfândega, por exemplo, a intervenção parte de um processo de restauro participativo provocado, isto é, uma ação onde a participação social foi estimulada pelo poder público. O restauro foi desenvolvido por meio de dois momentos: o início das ações por meio do Programa Monumenta (a partir de 2000) e posteriormente, a conclusão através do PAC Cidades Históricas. O Monumenta buscava essa postura estratégica:

“O próprio projeto desde o início, na sua instalação [...] como postura estratégica, ele buscava parcerias, ele buscava essa participação. Sempre foi a ideia central. Sempre era essa: que a população, as associações, a sociedade organizada, ela tinha que assumir [...] o restauro [...] tinha que fazer parte disso” (VARGAS, 2021, inf. verbal).

Em levantamentos realizados em torno dos atores sociais envolvidos direta e indiretamente na Praça da Alfândega, se observa a presença de pelo menos três categorias: I) agregados: artesãos (associados na Associação dos Artesãos da Praça da Alfândega - ARTEFAN e indígenas), engraxates, feirantes (feira do livro), jogadores (dama e xadrez), comerciantes (bancas de jornal, e de mel), vendedores ambulantes e artistas de rua; II) suplementares: aposentados, traficantes, prostitutas; III) passageiros: transitórios. Em relação à participação destes atores no envolvimento no restauro da praça, foi possível verificar que os atores suplementares e os atores passageiros não tiveram uma atuação participativa durante o restauro, mas, os atores agregados sim.

As principais ações participativas que puderam ser observadas em relação a qualificação do espaço público foram: a qualificação e realocação das bancas dos

artesãos (representação da ARTEFAN), o desenvolvimento de cadeiras dos engraxates (representação da Associação dos Engraxates), a transferência do terminal de ônibus (representação dos técnicos do Monumenta, da câmara e Prefeitura de Viamão), a banca dos jogadores (representação da Associação dos Enxadristas). Já direcionado aos projetos socioculturais com uma ação mais ativa dos grupos sociais, foi possível verificar o desenvolvimento dos seguintes projetos: a qualificação dos artesãos e a realização da coleção Jacarandá, o Projeto Tapume, o Museu do Percurso Negro e a Feira do livro.

Já a Antiga Escola e a Antiga Matriz se caracterizam por um processo de restauro participativo voluntário, pois se caracterizam através da atuação de um grupo de interessados, que se intitulam por “Associação” ou “União”, que se mobilizaram para viabilizar a preservação e a restauração dos espaços. A Antiga Matriz de São Miguel com a atuação da Associação de Amigos do Patrimônio Histórico e Cultural de Dois Irmãos (AAPHeCDI) e, Antiga Escola Militar com o desempenho da União dos Ex-alunos Amigos do Auxiliadora (UNEMA). Apesar disso, os casos denotam uma atuação híbrida entre poder público e a comunidade.

A Antiga Matriz, por exemplo, teve o seu tombamento impulsionado por meio de mobilizações realizadas por um grupo de pessoas em meados de 1983 através do desenvolvimento e um abaixo-assinado que contou com cerca de mil assinaturas. Em seguida, o grupo formado por Ângelo Reinheimer, Vera Rausch e Tânia Becker, se organizaram e passaram a se estruturar por meio de um grupo de “Amigos da Antiga Matriz” que posteriormente se estruturou na AAPHeCDI (JORNAL DOIS IRMÃOS, 2020). A finalidade da Associação, era viabilizar as intervenções de restauro, bem como fiscalizar as ações de restauro mas, sobretudo, a coleta de valores e de incentivo fiscal para realizar as intervenções.

“A participação da gente foi integral. Foram 12 anos de execução [...] 1995 a 2007 [...] Todo esse tempo, a gente participou junto, [...] fazia vistoria, fazia acompanhamento, fazia relatório, [...] era a Associação que fazia. A Prefeitura participava quando havia necessidade de uma verba. Vários pequenos projetos foram pagos pela prefeitura, mas, o acompanhamento foi nosso” (RAUSCH TOMAZZOLI, 2021, inf. verbal).

Já a Antiga Escola Militar, a sua preservação, restauração e ocupação parte de um desejo da comunidade, caracterizada pela UNEAMA que contribuiu para a viabilização do restauro do prédio juntamente com um apoio do estado e do comando militar (IPHAÉ). O principal objetivo era a restauração do prédio e a implantação de uma Casa de Cultura, no qual foi uma das condições propostas quando a Sociedade de Caridade doou o local para o Estado (CESAR e LOSEKANN, 2007). A elaboração do projeto teve a participação da UNEAMA e de certa forma, quando o primeiro projeto foi elaborado:

“[...] a participação da UNEAMA foi protagonista em todo este processo. O Estado elaborou a seu pedido - o anteprojeto de restauro e requalificação, através da sua Secretaria de Estado das Obras Públicas. Nesta fase o Secretário de Estado da Cultura solicitou à comunidade, a ratificação do PROGRAMA FUNCIONAL. Assim, através de consulta Pública aberta, realizada em um clube social da cidade, com a presença do Secretário, foi definido o referido programa, apresentado ao público pela UNEAMA. Recordo ser esta, a única participação direta da comunidade na questão” (SCHULTZE, 2021, inf. por escrito).

4. CONCLUSÕES

O restauro participativo, em suma, denota uma agenciamento híbrido entre o poder público e a comunidade interessada. Por isso, quando ocorre essa ação

participativa, existe uma probabilidade maior, do restauro ser bem-sucedido, aceito e ativado pela comunidade em geral. O praxis do restauro participativo pode ser observado em diferentes níveis e modalidades participativas. A partir dos subsídios apresentados, foi possível verificar parcialmente que no Rio Grande do Sul existem casos isolados onde existe uma participação social de diferentes níveis no restauro. Também se observa que em todos os casos, existe a presença de um grupo, que dispõe de uma relação afetiva, memorial ou patrimonial com o bem, de modo a mobilizar-se para assegurar a salvaguarda de bens culturais.

Os exemplos discutidos denotam uma abordagem sobre o restauro participativo mas, os resultados são parciais visto que as análises demandam um maior aprofundamento. Até o momento, não foi possível verificar quais níveis participativos são considerados mais eficientes, pois a pesquisa ainda precisa de muitos desdobramentos, aprofundamentos, bem como o desenvolvimento de mais entrevistas e, sobretudo, a realização da segunda etapa. Tais proposições apresentadas, serão desenvolvidas por meio da tese de doutorado, que tem como previsão de defesa o ano de 2023. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Financiamento 001.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPELBAUM, Bárbara. **Conservation treatment methodology**. CONSUMER GUIDE/PUB. INTERN'L LTD. 2007

CESAR, Telmo Padilha; LOSEKANN, Silvana. Capítulo 02: O prédio abandonado e o início da luta pela sua preservação; Ações que possibilitaram restaurar o edifício; O Centro Regional de Cultura Rio Pardo. *In*: MATURINO DA LUZ (coord.) **Antiga Escola Militar de Rio Pardo: História e arquitetura**. Porto Alegre: Defender, 2007, p.63-86.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**. Salvador, v.32, nº 85, p.63-81, 2019.

JORNAL DOIS IRMÃOS, 2020. Associação de Amigos do Patrimônio Histórico e Cultural de Dois Irmãos completa 25 anos. SEXTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2020. EDIÇÃO 7.122. EDIMCA – Editora Menin Caldas Ltda.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP-Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008.

PORTA, Paula. Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Diretrizes, linhas de ação e resultados (2000-2010)**. Brasília: MEC/IPHAN, 2012.

RAUSCH TOMAZZOLI, Vera. **Entrevista concedida a Juliana Cavalheiro Rodrighiero**. [De forma online via Plataforma Google Meet, em 13 de março de 2021]

SCHULTZE, Vera. **Entrevista concedida a Juliana Cavalheiro Rodrighiero**. [De forma online, respostas encaminhadas por escrito em 29 de março de 2021].

VARGAS, Pedro. **Entrevista concedida a Juliana Cavalheiro Rodrighiero**. [De forma online via Plataforma WebConf UFPel, em 25 de fevereiro de 2021].

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporânea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, S.A, 2003.